Mídia e estratégias de governamentalidade do corpo deficiente

políticas públicas afirmativas e identidade em tela

Érica Danielle Silva
Ismara Tasso

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVA, ED., and TASSO, I. Mídia e estratégias de governamentalidade do corpo deficiente: políticas públicas afirmativas e identidade em tela. In TASSO, I., and NAVARRO, P., orgs. *Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas* [online]. Maringá: Eduem, 2012. pp. 79-109. ISBN 978-85-7628-583-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Segunda parte

Discurso e normalização dos sujeitos: imagens de
exclusão/inclusão

MÍDIA E ESTRATÉGIAS DE GOVERNAMENTALIDADE DO CORPO DEFICIENTE:

POLÍTICAS PÚBLICAS AFIRMATIVAS

E IDENTIDADE EM TELA

Érica Danielle Silva⁹, Ismara Tasso¹⁰

Considerações iniciais

Dentre as atuais práticas discursivas midiáticas nacionais, a televisiva tem notável participação no processo de constituição dos sujeitos. De forma específica, no que tange à identidade e à representação visual de sujeitos integrantes de populações minoritárias, as materialidades significantes que versam sobre a inclusão de pessoas com deficiência ganham ênfase e visibilidade. A recorrente exibição de produções sobre o tema justifica-se pela emergência e existência de políticas afirmativas as quais, sob o estrato da ordem da lei e da ordem da historicidade dos sujeitos anormais, podem ser apreendidas especialmente a partir do século XX, momento em que se ampliam os serviços de assistência à pessoa com deficiência. Assim, o que se enuncia e aquilo a que se

9 Doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Letras da UEM.

10 Professora do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UEM.

assiste sobre essa temática na televisão consolidam práticas que instituem e promovem políticas de inclusão, cuja emergência tem, fundamentalmente seus princípios relacionados com o progresso da ciência e com sua aplicação em diversos campos, bem como ao engajamento de vários setores da sociedade na luta em prol do bem-estar comum (SILVA, 1987).

No último século, inúmeras contribuições provenientes de debates científicos e sociopolíticos desencadearam mudanças teórico-metodológicas significativas no modo de tratamento e de conceituação da deficiência. Em curto, médio e longo prazos essas alterações proporcionaram a criação de programas e de organizações que ampliaram os benefícios às pessoas deficientes, favorecidos pela noção de normalização para a deficiência.

Diante de tal possibilidade e da singularidade conferida ao regime do olhar a pessoa com deficiência, a identificação, em tela, do que se apresenta como anormal – seja física, mental ou sensorial – configura-se tanto por sua natureza biológica quanto pelas especificidades de outros campos de saber que discursivizam o corpo deficiente. Recorre-se, para tanto, ao emprego de mecanismos e de estratégias que operam discursivamente nas modalidades verbal, visual e sonora. Trata-se, no caso, de dispositivos operacionais da linguagem audiovisual por meio dos quais os sujeitos à margem são espetacularizados na mídia televisiva, de forma agradável aos olhos do sujeito-telespectador. Isso ocorre, em especial, quando apresentados no efetivo desempenho de diferentes atividades de natureza social.

Assim, por considerarmos a mídia televisiva a superfície de inscrição de enunciados que retomam, deslocam e ressignificam sentidos sobre o corpo deficiente, propomo-nos demonstrar como, no exercício da governamentalidade, a identidade do

sujeito com deficiência é construída a partir de uma organização simbólica que representa as três formas de governo - a de si mesmo, a do Estado e a do Outro. Para isto tomamos como material de análise uma propaganda veiculada na mídia televisiva¹¹.

A emergência de políticas inclusivas: um breve percurso

A partir do século XX, sobretudo depois da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os empreendimentos voltados à assistência às pessoas com deficiência passaram a contemplar a reabilitação desses sujeitos. Silva (1987, 310) ressalta que, nesse período, os estudiosos do movimento de reabilitação provocaram “um intercâmbio de informações e de sugestões entre todos os que se interessavam pelo problema, estabelecendo uma espécie de organização internacional de caráter informal”. O período do Pós-Guerra, além de causar mudança de sensibilidade diante do corpo monstruoso, estimulou programas de reabilitação, possibilitando serviços gratuitos às pessoas que portavam deficiências devido à atividade militar. A França, por exemplo, garantiu às pessoas ‘incapacitadas’ fisicamente, a inscrição gratuita em uma escola profissionalizante para que elas pudessem ser recolocadas no mercado de trabalho, além de cuidados médicos, aparelhos ortopédicos e cadeiras de rodas (SILVA, 1987).

11 Este texto parte das discussões desenvolvidas na dissertação de mestrado intitulada “Movimentos identitários e políticas de inclusão na mídia: a (d)eficiência e tela”, apresentada ao programa de pós-graduação em Letras da UEM - Universidade Estadual de Maringá- em 2010 e integra as pesquisas do GEDUEM – Grupo de Pesquisa CNPq.

A conscientização sobre a necessidade de programas mais amplos de incentivo à reabilitação física, que também se estendessem à deficiência mental e às deficiências sensoriais, ganhou força com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Sensibilizadas pela causa da deficiência, organizações internacionais comandadas pela Organização das Nações Unidas, entre elas o Fundo de Emergência das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para Refugiados e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), desenvolveram um contínuo e silencioso trabalho a fim de que a reabilitação chegasse à maioria dos países do mundo. No Brasil, em 1956, por iniciativa de Jânio Quadros, então governador do Estado de São Paulo, foi criado na USP o Instituto Nacional de Reabilitação, que se tornou o primeiro centro de reabilitação global do Brasil e modelo para futuros empreendimentos dessa natureza.

Entre as medidas de alcance universal aprovadas pela Assembleia Geral da ONU destacam-se as Declarações dos Direitos das Pessoas com Retardo Mental, em 1971, e a dos Direitos das Pessoas Deficientes¹², em 1975. Ambas tiveram por finalidade estabelecer formas de conduta para o tratamento equânime da questão com vista a uma assistência à deficiência física que preponderasse sobre as demais. Nos dois documentos o termo “pessoa deficiente” corresponde a “qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em

12 Ambos dão expressão concreta aos princípios contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adaptada e promulgada em 1948. Podem ser lidas na íntegra no *site* <http://www.fadep.rs.gov.br/portal/index.php?id=legislacao&cat=6> (Acessado em 12/03/2010).

decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais”. A partir dessa época oficializa-se o direito ao exercício pleno de cidadania aos sujeitos com deficiência no tocante aos aspectos saúde, educação, moradia e capacitação profissional, condições necessárias para torná-los produtivos e úteis à sociedade (corpos dóceis).

Inúmeras medidas - de iniciativa estatal e de organizações não governamentais - voltadas à conscientização sobre a deficiência foram tomadas por organizações públicas e particulares. Uma dessas medidas foi a promulgação, por parte da ONU, do ano de 1981 como o Ano Internacional da Pessoa Deficiente (Resolução **31/123**, de 1976). Tendo como tema “Participação plena e igualdade” e como objetivo “dar condições para a implementação das resoluções anteriores, pela conscientização do mundo todo quanto à problemática das pessoas portadoras de deficiências” (SILVA, 1987, p. 329), o projeto deu visibilidade a extensão do problema instaurado, marcado por milênios de discriminação e de desvalorização do deficiente (SILVA, 1987).

Como ponto culminante desse processo de conscientização, o período de 1983 a 1992 foi declarado a “Década das Pessoas Portadoras de Deficiência”. Nesse período foi instituído o Programa de Ação Mundial¹³, com o objetivo de promover medidas para a prevenção das incapacidades e a participação plena das pessoas com deficiência na vida social. Tal documento, de âmbito internacional, detalha o tratamento a ser dado aos sujeitos pertencentes a esse grupo. Aclamava-se, na ocasião, que as pessoas com deficiência deveriam desempenhar suas obrigações como adultos, já que suas atitudes influenciavam na construção de sua imagem na sociedade. Estimulou-se a

13 Disponível em <<http://www.cedipod.org.br/w6pam.htm>>. (Acessado em 10/08/2009).

criação de organizações compostas pelas próprias pessoas com deficiência, a fim de que expressassem suas opiniões acerca das prioridades e assim viessem a exercer influência sobre as instâncias governamentais responsáveis pelas decisões, assim como sobre todos os setores da sociedade. Para isso, segundo o programa, fazia-se necessário que todos os meios de informação pública cooperassem, apresentando ao público, essencialmente, a importância da mudança de atitudes, de modo a combater os estereótipos e os preconceitos tradicionais. Como um dos meios de efetivar esta última proposta destaca-se a importância atribuída à representação das pessoas com deficiência veiculada no rádio, no cinema, na fotografia e na imprensa. Segundo o programa, um elemento fundamental nesse processo seria que as próprias pessoas deficientes pudessem apresentar seus problemas e sugerir formas de resolvê-los.

Nota-se, a partir dessa mobilização, que as pessoas com deficiência foram chamadas a cumprir seu direito de participação na sociedade, e ao Estado coube efetivar, por meio de políticas públicas, ações concretas de acessibilidade e de igualdade. Documentos oficiais estimularam o investimento econômico e a sensibilização sobre os direitos adquiridos por esse grupo. Dessa forma, as iniciativas destinadas a proporcionar às pessoas com deficiência o bem-estar e o direito à cidadania, compreendiam, além de eliminação de barreiras arquitetônicas, também as barreiras sociais relacionadas ao preconceito e à discriminação.

Como após o término da Década da Pessoa Deficiente ainda subsistiam problemas dessa natureza, a ONU manifestou o desejo de que as metas do Programa de Ação Mundial se estendessem para além da década estipulada. Propôs-se chegar com êxito, em 2010, a uma sociedade 'para todos', por meio de planos estratégicos de prevenção, reabilitação e equiparação de

oportunidades. Além disso, destacou-se a preocupação linguística, solicitando-se a revisão de traduções dos termos ‘impedimento’, ‘deficiência’ e ‘incapacidade’.

Em 1999, em Londres, a Assembleia Governativa da *Rehabilitation Internacional* aprovou a Carta para o Terceiro Milênio, a qual proclama que os avanços nos ambientes físicos, sociais e culturais desenvolvidos no século XX deverão se estender à maioria da população com deficiência, para tornar possível sua participação comunitária. Determina ainda o documento que os direitos humanos de cada pessoa, em qualquer sociedade, sejam reconhecidos e protegidos, e destaca a necessidade de se criarem políticas que sejam sensíveis à questão e respeitem a dignidade e a diversidade das pessoas. Incentiva, sobretudo, a criação de programas contínuos e de âmbito nacional para reduzir ou prevenir riscos que possam causar deficiência, além de programas de intervenção precoce para crianças e adultos que se tornem deficientes.

O discurso inclusivo de pessoas com deficiência: história, saber e poder

Os apontamentos históricos até aqui destacados reforçam a importância de um espaço permanente de discussão acerca da arte de governar populações minoritárias, haja vista, neste caso, o propósito de trazer à reflexão a transitoriedade e a diversidade dos sujeitos pertencentes a esses grupos, bem como a questão da constituição de suas identidades. Sob tal enfoque, tomando-se o projeto foucaultiano como abordagem teórico-metodológica,

parte-se do princípio de que a caracterização biológica da deficiência de uma pessoa está também condicionada a complexas relações entre os domínios do saber e do poder. Como explica Veiga-Neto (2007), uma analítica do sujeito, nessa perspectiva, não parte do próprio sujeito, mas dos saberes e das práticas discursivas e não discursivas que o envolvem. As práticas e os saberes “uma vez descritos e problematizados poderão revelar quem é esse sujeito, como ele chegou a ser o que dizemos que ele é e como se engendrou historicamente tudo o que dizemos dele” (VEIGA-NETO, 2007, p.113).

Como esse sujeito é significado por práticas discursivas de campos de saberes diversos é também o efeito de complexas relações de poder estabelecidas no âmbito do corpo social. Por isso, os mecanismos de poder encontram-se associados à produção, à acumulação e à circulação de discursos, e não apenas a formas jurídicas (FOUCAULT, 2007a). O sistema de direito, assim, não assegura a legitimidade a ser respeitada pelos indivíduos, mas é um procedimento de sujeição.

Percorrendo, desse modo, o domínio metodológico da arqueogenealogia, empreende-se a busca por identificar mecanismos de poder vigentes em diferentes conjunturas histórico-sociais e econômicas que podem ser tomados como condição para serem formulados saberes sobre o sujeito e o corpo com deficiência. Assim, conforme discutido anteriormente, as condições sociais, morais e éticas que segregam o sujeito com deficiência envolvem o poder disciplinar correspondente à supremacia da raça: mata-se, esconde-se ou segrega-se a deficiência numa espécie de censura biológica. A descoberta, no século XVII, do corpo como objeto e alvo do poder provocou sua submissão ao esquema da docilidade, técnica imposta pela sociedade disciplinar. Uma das principais

estratégias da disciplina desse período foi permitir o controle minucioso do corpo pela distribuição dos indivíduos num espaço determinado, para assim evitar as aglomerações inúteis e perigosas e satisfazer à necessidade de vigiar, dominar e utilizar os corpos (FOUCAULT, 2005).

A emergência de uma política inclusiva irrompe, pois, do enfrentamento causado pelas consequências físicas e psicológicas que os militares das duas Grandes Guerras. A visibilidade tanto da deficiência congênita quanto da adquirida é a condição necessária para a aceitabilidade desses sujeitos na sociedade da normalização. A busca por tal condição coloca em ação o biopoder, com o objetivo de intervir na vida da coletividade/população no sentido de esta obtenha estados globais de equilíbrio e regularidade. Em resumo, a partir do exercício do biopoder, o que se leva em conta é a vida e os processos biológicos do homem-espécie, ao qual se assegura não a disciplina, mas a regulamentação. A partir desse exercício torna-se possível o estabelecimento de uma relação positiva entre “normais” e “anormais”.

Assim, no domínio das deficiências se tem, de um lado, a necessidade de um controle individual, disciplinar - tal como ocorreu, sobretudo, no século XVIII, quando da busca pela sistematização das doenças -, e de outro, o fato de que a deficiência insere-se em processos biológicos mais amplos, abrangendo não apenas o corpo, mas também seus efeitos sobre a população, haja vista que a acessibilidade das pessoas com deficiência a espaços sociais diversificados – como escola, mercado de trabalho e outros – promove o contato com o diferente. Dessa forma, cria-se a condição de possibilidade de a deficiência ser estabelecida no entrecruzamento dos mecanismos de disciplina e de regulamentação.

Nota-se que a alternância do domínio da deficiência entre a ordem do individual e a do social funciona como dispositivo político, logo, de governamentalidade, criando as condições necessárias para que as etapas de reconhecimento do deficiente promovidas no âmbito internacional por meio de documentos oficiais e leis revelem o processo constitutivo do que vem a ser, na contemporaneidade, a deficiência e os controles sobre ela exercidos – ora sobre o indivíduo ora sobre a população. Nesse movimento, a norma é o elemento que dá suporte tanto à potencialização mútua entre o poder disciplinar e o regulamentador quanto ao funcionamento de ambos, pois,

A normalização disciplinar consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz. Em outros termos, o que é fundamental e primeiro na normalização disciplinar não é o normal e o anormal, é a norma. Dito de outro modo, há um caráter primitivamente prescritivo da norma, e é em relação a essa norma estabelecida que a determinação e a identificação do normal e do anormal se tornam possíveis. Essa característica primeira da norma em relação ao normal, o fato de que a normalização disciplinar vá da norma à demarcação final do normal e do anormal, é por causa disso que eu preferiria dizer, a propósito do que acontece nas técnicas disciplinares, que se trata muito mais de uma normação do que de uma normalização (FOUCAULT, 2008b, p.74-75).

Em suma, parte-se de uma norma para distinguir quem se identifica com ela. Em um campo de comparação de atos e de desempenhos, a regra que define a fronteira entre o normal e o diferente é estabelecida pela capacidade física, mental e sensorial dos indivíduos. A metodologia destina-se a determinar níveis de diferenciação e de hierarquização. Neste caso se estabelece a penalidade da exclusão, na qual se demarcam *status* e privilégios

para que a ordenação das multiplicidades humanas seja assegurada. Vê-se aí que o foco do poder disciplinar é o desvio, ou seja, tudo o que escapa à regra, à norma. A operação de normalização consiste, pois,

em fazer essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação às outras e [em] fazer de sorte que as mais desfavoráveis sejam trazidas às que são mais favoráveis. Temos portanto aqui uma coisa que parte do normal e que se serve de certas distribuições consideradas, digamos assim, mais normais que as outras, mais favoráveis em todo caso que as outras. São essas distribuições que vão servir de norma. A norma está em jogo no interior das normalidades diferenciais. O normal é o que é primeiro, e a norma se deduz dele, ou é a partir desse estudo das normalidades que a norma se fixa e desempenha seu papel operatório. Logo, eu diria que não se trata mais de uma normação, mas sim, no sentido estrito, de uma normalização (FOUCAULT, 2008b, p. 82-83).

Importa destacar que um dos operadores fundamentais para tais mudanças é a população (FOUCAULT, 2008b). Por essa razão esta é deixada a circular, desde que sejam anulados os perigos de ela circular. Assim, o que estaria garantido já não seria a segurança do príncipe e de seu território, mas sim, a segurança da população e, conseqüentemente, de quem a governa. Trata-se de delimitar-lhe marcos aceitáveis, em vez de impor-lhe uma lei que diga “não” (FOUCAULT, 2008b). Segundo o mesmo autor, um dos principais elementos que movem essas estratégias de gerência da população é o desejo. É por meio dele que a população se torna penetrável às estratégias do poder. Esse desejo permite a produção de algo interessante e natural para a população, bem como a artificialidade dos meios criados para governá-la. Logo, ao contrário do soberano que dizia “não” aos desejos dos indivíduos, forma-se um pensamento econômico-político em que a problemática que se instaura para aqueles que governam é saber como dizer “sim” ao desejo da população.

Políticas públicas afirmativas, superfície de emergência enunciativa e identidade do sujeito com deficiência

No âmbito das táticas de intervenção político-econômica do Estado sobre a população, destacam-se as políticas públicas, responsáveis pelo investimento de recursos públicos em ações na realidade social determinadas por diversos grupos políticos e econômicos e por organizações da sociedade civil. Sobre esse processo, importa destacar que a nova configuração social, econômica e política constituída a partir do movimento de globalização reclama por novos elementos na relação entre Estado e sociedade civil. A elaboração e o estabelecimento das políticas públicas dependem, conseqüentemente, de interesses da expansão do capitalismo internacional, além daqueles originados no contexto nacional e nos vários segmentos que compõem a sociedade civil. Assim, além de supor o investimento de recursos públicos, as políticas públicas são

o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos. Nesse caso, pode-se dizer que o Estado se apresenta apenas como um agente repassador à sociedade civil das decisões saídas do âmbito da correlação de forças travada entre os agentes do poder (BONETTI, 2006, p. 74).

Nota-se que as políticas públicas não são implementadas somente pelo Estado, mas por vários segmentos da sociedade, e se tornam agentes ao se voltar para grupos notoriamente

discriminados (pessoas com deficiência, negros, mulheres, homossexuais etc.). Assim, a necessidade de refletir sobre políticas públicas deve-se não só pela sua importância na sociedade, mas também pela sua atuação na constituição das representações e identidades, especialmente a das pessoas com deficiência, em discursos midiáticos.

Enquanto necessidade política, o movimento em prol da inclusão pode ser caracterizado como um fragmento de transformações mais amplas que encontra, na mídia, estratégias para o fortalecimento da singularidade, a valorização da individualidade e da diferença. No que concerne à proposta deste estudo, consideramos que ao ganhar visibilidade na mídia, pela espetacularização do corpo deficiente, as políticas públicas se utilizam de mecanismos que prescrevem à sociedade condutas sociais a serem vividas em seu relacionamento com a deficiência, no cotidiano. É na mídia que a política se “cotidianiza”.

Na prática cotidiana, a atividade política assume a perspectiva de realizar dimensões humanas mais profundas no relacionamento pessoal, como o respeito à diversidade individual e a crítica a formas predeterminadas de conduta. Sem isto, desvincula-se a realidade do dia a dia do espaço de atuação política (MAAR, 2006, p.24).

À mídia, compete subsidiar a veiculação de discursos sobre a inclusão social, uma vez que as imagens, sons e espetáculos nela veiculados “ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais, e fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade” (KELLNER, 2001, p. 9). A mídia televisiva, particularmente, é um espaço de circulação de saberes, de instituição modelar de conduta e de constituição identitária. É um dispositivo pelo qual o poder se exerce. Por suas lentes, o que é nela veiculado com regularidade, mesmo que num curto

espaço de tempo, pode se tornar um espetáculo, uma produção cultural. O que enuncia pode produzir efeitos de verdade. De forma singular, essa mídia pode ainda construir “uma ‘história do presente’, simulando acontecimentos-em-curso que vêm eivados de signos do passado”, conforme declara Gregolin (2003, p. 96). Por seu funcionamento discursivo, estabelece-se o imaginário de uma identidade social e nacional, uma vez que

a aparente instantaneidade da mídia interpela incessantemente o leitor através de textos verbais e não-verbais, compondo o movimento da história presente por meio da re-significação de sentidos enraizados no passado. Por isso, determinadas figuras cristalizadas na memória coletiva estão constantemente sendo recolocadas em circulação, permitindo os movimentos interpretativos, as retomadas de sentidos e seus deslocamentos. Através desses retornos figurativos, a mídia cria representações que se tornam observáveis e tangíveis (GREGOLIN, 2003, p. 105-106).

Como superfície de emergência, a mídia televisiva pode fazer com que enunciados sobre a inclusão da pessoa com deficiência apareçam em sua singularidade, em dada sociedade e em momento histórico determinado, coexistam com outros enunciados, transformem-se e desapareçam. Isso porque a emergência de uma positividade implica diversas transformações sociais, políticas, econômicas e históricas. Nesse processo, essas transformações estão em constante luta pela fixação de significados e se encontram enredadas nas malhas do poder, proporcionando, assim, que a mídia funcione como um mecanismo pelo qual o poder se exerce e controla os sentidos postos em circulação. Pautando-se nas afirmações de Tasso (2006), os mecanismos que assim funcionam são os que sustentam ou reforçam a presença da atuação da mídia sobre o sujeito-telespectador, tendo em vista que a mídia pode apagar, transformar e consolidar ideais de sujeitos com deficiência delineados pelas propostas inclusivas

das políticas públicas. Diante disso, para o exame das condições de emergência e de existência desses enunciados, interroga-se sobre ‘o que’ dizem das pessoas com deficiência; o ‘modo como’ é dada a constituição identitária dos sujeitos com deficiência, para finalmente se poder explicitar ‘por que’ o dizer do corpo deficiente é espetacularizado e se esse espetáculo é ou não agradável ao olhar. Por isso se considera que os discursos da mídia televisiva sobre a inclusão das pessoas com deficiência ressignificam a memória social, mítica e histórica desses sujeitos.

Aliadas aos avanços tecnológicos e à mídia, as relações entre sujeito-espaco-tempo podem ser percebidas com mais facilidade, criando possibilidades de “identidades partilhadas”. Nas palavras de Hall (2006, p. 74), criam “‘consumidores’ para os mesmos bens, ‘clientes’ para os mesmos serviços, ‘públicos’ para as mesmas mensagens e imagens – entre pessoas que estão [...] distantes umas das outras no espaço e no tempo”.

Essa redução no espaço e no tempo instaura a consciência de que o ‘pertencimento’ ou a ‘identidade’ são negociáveis e revogáveis, e que as decisões tomadas e a maneira como o indivíduo age são fatores fundamentais para esse pertencimento. Para Bauman (2005), essa questão da identidade surgiu com a necessidade de se criar uma nova ordem, haja vista a desintegração da organização da sociedade, em que aqueles que habitavam a margem invadiram as áreas centrais. Logo, o pertencimento foi colocado como um problema e, sobretudo, como uma tarefa.

As guerras pelo reconhecimento, quer travadas individual ou coletivamente, em geral se desenrolam em duas frentes, embora tropas e armas se desloquem entre as linhas de fronteira, dependendo da posição conquistada ou atribuída segundo a hierarquia de poder. Numa das frentes, a identidade escolhida e preferida é contraposta, principalmente, às obstinadas sobras das identidades antigas, abandonadas e abominadas, escolhidas ou impostas no passado. Na

outra frente, as pressões de outras identidades, maquinadas e impostas (estereótipos, estigmas, rótulos), promovidas por ‘forças inimigas’, são enfrentadas e – caso se vença a batalha – repelidas (BAUMAN, 2005, 44-45).

Hall (2000) argumenta a favor da necessidade de se examinar a identidade como uma prática discursiva que significa ver a identificação

como uma construção, como um processo nunca completado – como algo sempre “em processo”. Ela não é, nunca, completamente determinada – no sentido de que se pode, sempre, ganhá-la ou “perdê-la”; no sentido de que ela pode ser sempre, sustentada ou abandonada. Embora tenha suas condições determinadas de existência, o que inclui os recursos materiais e simbólicos exigidos para sustentá-la, a identificação é, ao fim e ao cabo, condicional; ela está, ao fim e ao cabo, alojada na contingência. Uma vez assegurada, ela não anulará a diferença (HALL, 2000, p. 106).

Importa destacar que nessa perspectiva não se ignora totalmente a tentativa tradicional/ biológica de fixação de identidades, mas a redescoberta do passado é parte do processo de sua construção. Assim, conforme Hall (2000), as identidades precisam ser compreendidas como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, porque elas são construídas dentro e não fora do discurso.

Isso posto, nota-se que a mídia televisiva, ao recorrer a determinadas práticas discursivas, cria um espaço que possibilita representar, em sua programação, as rupturas com o modelo tradicional de identificação do sujeito. O funcionamento discursivo da mídia constrói representações da pessoa com deficiência, as quais se constituem pelo deslocamento do passado e possibilitam refletir sobre as práticas discursivas atuais, além de se colocarem à disposição de instituições que promovem a circulação de políticas públicas.

Política inclusiva em tela: um gesto de interpretação

Ao tomar o projeto foucaultiano como método, o estudo teórico-analítico aqui empreendido lança-se ao desafio de afastar-se da ideia de modelo, de método englobante, que pode ser aplicado a qualquer objeto. Filiar-se a Foucault significa utilizar-se de seus pressupostos para refletir sobre questões atuais e, assim, transpô-los a outros objetos, mantendo, segundo a proposta do próprio filósofo, a liberdade de pensar e problematizar as revoltas concretas e cotidianas.

Nessa perspectiva, a análise de discursos consistirá na análise de uma dispersão a partir da descrição de acontecimentos discursivos, a fim de buscar as unidades que aí se formam. Isso porque para Foucault, a unidade de discursos sobre um objeto não se dá por uma relação descritível e constante de enunciados sobre ele. A unidade do discurso é constituída por enunciados dispersos e heterogêneos, que coexistem, que se supõem, se transformam ou se excluem.

Dito isso, serão destacados, no entrelaçar das teorizações foucaultianas, alguns dispositivos que forneceram suporte para a interpretação da prática discursiva alusiva às pessoas com deficiência, especificamente, de uma propaganda que possibilita ilustrar a prática discursiva sobre a inclusão do sujeito deficiente na sociedade atual, a partir das condições de emergência, existência e possibilidade discursiva, auxiliadas pelas questões: o que, como e por que se diz o que diz a respeito da temática.

Veiculada na televisão aberta em 2009, durante a Semana Nacional do Excepcional, a campanha, em vídeo, da Federação das APAES do Paraná é o objeto sobre o qual buscamos

demonstrar, pelo desenvolvimento do movimento de descrição- interpretação arqueogenealógico, que a mídia televisiva nacional promove com eficiência a constituição identitária do sujeito por meio de sua governamentalização.

O quadro, a seguir, contempla doze fotogramas. No formato da decupagem dos principais focos ou pontos da sequência narrativa o quadro apresenta, além das doze cenas recortadas do audiovisual em questão, a transcrição da narração em *off*.

Quadro 1 – Transcrição da propaganda da Semana Nacional do Excepcional (2009).

A partir desse quadro ilustrativo consideramos que, na instância da visibilidade e do domínio icônico-sensorial, os elementos constitutivos dos doze planos – recortes da imagem em movimento que compõem a sequência narrativa da campanha – podem ser reconhecidos sem dificuldades, graças ao enquadramento das personagens e à perspectiva de tomada da cena, sobretudo porque o cenário compreende um ambiente externo e excessivamente iluminado pela luz solar. Destituído do áudio correspondente à narração em *off*, o que nele se vê é uma via pública de circulação de pedestres onde se destaca, entre as pessoas que ali circulam, a figura de um jovem portador da *Síndrome de Down*.

No entanto, os sentidos midiáticos não se dão por acaso. Há um saber técnico que coloca em funcionamento uma linguagem específica para produzir determinados efeitos e não outros. Assim como ocorre com a linguagem verbal, o campo imagético também depende de estratégias e mecanismos próprios a essa linguagem, como cor, perspectiva, textura, tom e movimento. A operacionalização desses elementos, combinada com a dinamicidade empregada na exibição de imagens, palavras e sons, na mídia, produzem sentidos que podem comprovar, sensibilizar ou reforçar uma prática.

Na sequência das cenas são apresentadas três portas etiquetadas com os enunciados: Educação, Trabalho e Preconceito. Arquitetonicamente, a porta, como uma peça usada em aberturas feitas em paredes para o acesso ou a vedação de pessoas, animais ou objetos a um ambiente, dispõe, em geral, de uma maçaneta para abri-la ou fechá-la. No caso da sequência em questão, as portas encontram-se fechadas e estão nas mãos de algumas pessoas da comunidade que, estrategicamente, deslocam-na e a colocam diante da pessoa a quem se destina. Neste caso, o

jovem portador de uma deficiência geralmente reconhecida por específicos traços fisionômicos e de conduta.

Na instância da invisibilidade e de domínio simbólico, as portas correspondem a oportunidades concedidas, quando abertas, ou negadas, quando fechadas. Nessa perspectiva, ambas as direções estão relacionadas com as ‘oportunidades’ concedidas ou negadas - efeitos possíveis decorrentes do jogo entre as expressões ‘superam limitações’, ‘abrem portas para uma vida melhor’, e ‘abertas por dentro’.

De início, na narração em *off*, faz-se menção às milhares de pessoas com deficiência que “abrem portas para uma vida melhor”. Por meio do verbo no presente durativo, tal enunciado expressa uma competência do sujeito, ainda que não esteja sendo exercida no momento em que se fala. Tal estratégia pode indicar a luta ininterrupta de pessoas com deficiência para conquistar efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais, como a acessibilidade ao ir e vir, a educação e o trabalho, categorias essas também representadas pelos componentes linguísticos que integram as portas.

O jovem para quem se destina a oportunidade aproxima-se da primeira porta e a abre com facilidade, já que é a porta de acesso à educação, que, pela memória coletiva, é uma das oportunidades de inclusão, uma espécie de panacéia - o remédio para todos os males cujo significado remonta à deusa da cura. É recorrente na sociedade a assertiva de que cabe à escola o papel central “no cuidado com a infância, com a transmissão dos saberes considerados socialmente relevantes, com a formação do cidadão e com a qualificação do trabalhador” (LOMBARDI, 2006, p. 4).

No cenário político-econômico brasileiro o discurso de ‘educação redentora’ não é diferente. Devido ao seu caráter a-histórico, esse discurso, de acordo com Lombardi (2006, p. 4), destaca-se na crise de 1929, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, na Segunda Guerra, na ditadura militar e, mais recentemente, na Constituinte de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

Segundo Tasso (2008), os enunciados que constituem a memória coletiva sobre a educação no Brasil podem produzir os seguintes efeitos:

(I) a escola é para todos; (II) a educação transforma; (III) a educação é a solução para os problemas sociais e econômicos do país; (IV) o desenvolvimento socioeconômico do país depende da educação; (V) a formação educacional é a principal via de ascensão, prestígio e integração no universo dos estratos dominantes; (VI) a educação é um instrumento de inclusão; (VII) a educação desenvolve o ser humano: aprender a conhecer, a fazer, a viver juntos – a viver com os outros –, a ser (TASSO, 2008, p. 52).

Nas condições específicas dessa produção videográfica o jovem com Síndrome de Down não apresenta dificuldades na abertura da porta identificada pelo termo ‘educação’. Cria-se a possibilidade de os sentidos construírem uma imagem positiva de representação de que a educação é uma oportunidade para as pessoas exercerem e usufruírem sua cidadania, portanto é um instrumento de inclusão.

Ao longo da história, a educação das pessoas com deficiência organizou-se de modo especializado e à parte do ensino comum, e sua terminologia e suas modalidades levaram à criação de instituições especializadas no atendimento educacional dessas pessoas. Em específico, no século XX, essas instituições fundamentaram-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (LDB) n. 4.024/61, que apontava a preferência por integrar os ‘excepcionais’ ao sistema geral de ensino. Outro marco normativo é assinalado pela “Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva” (BRASIL, 2008). Enquanto a Constituição Federal de 1988 define a educação como um direito de todos e dever do Estado, “o acesso aos níveis mais elevados do ensino, bem como a oferta do atendimento educacional especializado” - isso tudo acrescido de dois importantes documentos que reforçam o dispositivo legal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a LDB n. 9.394/96, os quais, apesar de manterem a concepção tradicional de educação (classes, escolas e serviços especializados), determinam a matrícula de pessoas com deficiência no sistema regular de ensino e definem a oferta de serviços de apoio especializados como de responsabilidade do poder público.

A partir desse movimento conjunto entre o social, o político e o econômico, decorrente da democratização da escola, percebemos que, por meio dessa estratégia, a peça publicitária articulou um campo simbólico cultural e socialmente reconhecido (portas) com a história e a memória, atravessado pelo discurso pedagógico. O acesso à educação é, assim, uma oportunidade real decorrente do movimento mundial pela inclusão, iniciativa que escapa à mão do Estado, uma vez que na atualidade é implementada também pela luta das próprias pessoas com deficiência. Vale destacar ainda que, embora se trate de uma educação singular, o vocábulo de identificação da porta não está adjetivado, pois por décadas se conhece a denominação: ‘educação especial’. Essa estratégia promove o apagamento de uma memória discursiva de segregação do espaço escolar e proclama o quadro atual de inclusão dos alunos deficientes em escolas regulares.

Essa transposição de lugar da pessoa com deficiência para outro estágio, a do ensino regular (e não mais o especial), pode também ser entendida a partir do código específico da imagem efêmera: o movimento de câmera que retrata a passagem do jovem com *Síndrome de Down* de um lado para o outro, ao abrir a porta. Não se trata de uma relação dentro/fora real, já que não existem limites arquitetônicos físicos. O realismo da linguagem utilizada repousa em uma organização simbólica que faz sentido para uma dada sociedade - no caso, a brasileira. Isso significa que o acesso à educação é representado de modo próximo ao satisfatório, haja vista que o sujeito-espectador instiga um julgamento de existência na relação exclusão/inclusão na/pela educação.

Por outro lado, após a passagem do jovem pela porta identificada como 'educação', outro elemento visual é colocado em cena como obstáculo: o semáforo. Este representa a passagem de uma norma para outra e tem a função de sinalizar a permissão ou não ao sujeito que transpôs a porta para avançar no trajeto em questão. Dessa forma, mesmo que supere limites (ultrapasse a porta), o sujeito poderá ainda encontrar obstáculos que o impeçam de prosseguir no trajeto de destino.

Nesse domínio de oportunidades, a segunda porta traz como identificação o termo 'trabalho'. Esse enunciado convoca à prática utilitarista do corpo na qual o trabalho se constitui como uma identidade social, já que ele é um dispositivo que possibilita à pessoa com deficiência um espaço de valorização simbólica, consolidado por uma posição político-social de certa independência, devido ao salário que recebe. No entanto, nas cenas da peça publicitária, a essa porta impõe-se uma dificuldade: ela requer uma chave para ser aberta, estratégia que se articula à dificuldade enfrentada pelas pessoas com deficiência de ter acesso ao mercado de trabalho, mesmo sendo este assegurado por lei.

A legislação implementada em 1999 (art. 93 da Lei n. 8.213/91) prevê uma política de cotas ao estipular pisos percentuais diferenciados de contratação de empregados, a depender do tamanho da empresa. A dificuldade, representada pela chave, pode ser entendida pelo nível de escolaridade alcançado e pela preparação para o trabalho, dois aspectos insuficientes que se reportam às limitações das empresas quanto ao cumprimento dos aspectos legais da contratação sem se preocupar em oferecer condições reais de inclusão no ambiente de trabalho.

A última porta, identificada com o termo ‘preconceito’, está trancada. O garoto não consegue abri-la sozinho, é preciso que alguém faça isso ‘por dentro’. Esta estratégia visual e linguística revela que, apesar de todas as barreiras superadas, há sistemas de valores presentes na sociedade que impedem a democratização dos espaços sociais fundamentada no respeito às diferenças como constitutivas do ser humano, dentre as quais, a condição de ser um negro quem pratica o gesto de abrir a porta, presença que se justifica pelo seu próprio processo de inclusão. Assim, o vetor preconceito constrói o efeito de que, para as pessoas com deficiência terem uma vida melhor e usufruírem de seus direitos básicos, é necessário interrogar não só a evolução das políticas afirmativas relacionadas ao mercado de trabalho ou à educação, mas também as transformações que devem ocorrer na família e na sociedade. É preciso, assim, compreender como o processo inclusivo é produzido nas escolas, nas empresas e na família, interrogando quais os valores que estão sendo atribuídos à diferença, a partir das relações humanas.

Com base nos elementos que compõem os planos de visibilidade e de invisibilidade, o diálogo entre o verbal e o imagético define as estratégias e os mecanismos que conduzem à representação das pessoas com deficiência na peça publicitária

em questão. Por um lado, verificamos que as cenas privilegiam a representação da acessibilidade legal a determinados espaços sociais, e não da acessibilidade física, enquanto o que está em questão são as oportunidades, amparadas por lei, que podem garantir uma vida melhor às pessoas com deficiência. Por outro lado, a prática inclusiva, mesmo garantida por lei, efetiva-se apenas quando o sujeito ‘normal’ que passa a conviver com as pessoas com deficiência supera seus próprios preconceitos e atribui valores positivos à diferença.

Considerações finais

O gesto de interpretação - desenvolvido pelo movimento descritivo-interpretativo arqueogenealógico - da produção videográfica referente à campanha da Federação das APAEs do Paraná na Semana Nacional do Excepcional (2009), exibida na mídia televisiva, permitiu-nos identificar nessa materialidade discursiva o regime do olhar sobre o corpo deficiente na contemporaneidade. A temática do corpo deficiente inscrita nessa materialidade significativa deve ser compreendida a partir do preconceito como correlato de poder e como mecanismo de governamentalidade. Nessa perspectiva identifica-se que a posição do sujeito midiático ocupada pelo enunciador coaduna-se com o discurso de que a acessibilidade aos direitos básicos das pessoas com deficiência é compromisso de todos, mediante a implantação de mudanças na legislação e/ou na arquitetura, e não apenas do próprio deficiente.

Essa posição está em harmonia com o princípio segundo o qual a normalidade do sujeito com deficiência requer uma

transformação global e imediata dos processos de socialização, e não a mera aceitação de direitos para que possam desfrutar das condições de cidadania. Isso porque a legalidade é, em si, o reconhecimento do preconceito, ou, em outras palavras, o preconceito é a condição de existência das leis. O que vale considerar é que o respeito à acessibilidade depende do Outro para se efetivar. A legalidade é, em si, o reconhecimento do preconceito, ou, em outras palavras, o preconceito é a condição de existência das leis. O que vale considerar é que o respeito à acessibilidade depende do Outro para se efetivar.

As estratégias utilizadas pelo enunciado revelam o exercício de uma linguagem, seja ela verbal ou imagética, vinculado a uma organização simbólica que representa a forma de governar a si mesmo, o Estado e o Outro, ou seja, trata-se, como explica Foucault (2008, p. 132), de “utilizar táticas, muito mais que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas; agir de modo que, por um certo número de meios, esta ou aquela finalidade possa ser alcançada”. Assim, o regime da governamentalidade que se estabelece na materialidade em foco é sustentado pela lei e colocado em funcionamento pelos dispositivos da educação, do trabalho e do preconceito que permitem efetivar-se a normalização da pessoa com deficiência dentro da realidade social, ainda que em níveis diferentes.

Referências

BAUMAN, Z. *Identidade*: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BONETTI, L. W. *Políticas públicas por dentro*. Ijuí: Unijuí, 2006.

GREGOLIN, M. do R. V. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: _____. (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 95-110.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhete. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007a.

_____. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 15.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007b (Coleção Leituras Filosóficas).

_____. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). Edição estabelecida por Michel Senellart, sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução Eduardo Brendão. Revisão da tradução Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008 (Coleção Tópicos).

GREGOLIN, Maria do Rosário. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. p.95-110.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. da (Org.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 103-133.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KELLNER, D. *A cultura da mídia – estudos culturais*: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Trad. de Ivone Castilho Benedetti. Bauru: EDUSC, 2001.

LOMBARDI. O velho discurso que rege a história da educação. *Jornal da UNICAMP*, Campinas, 21 a 27 ago., ano XX, no. 334, p. 4-5. Disponível em <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/ju334.html>.

MAAR, W. L. *O que é política*. São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção Primeiros Passos).

SILVA, O. M. da. *A epopeia ignorada*: a pessoa deficiente na História do mundo de ontem e hoje. São Paulo: Cedas, 1987.

TASSO, I. E. V. de S.. Mídia televisiva e políticas públicas de inclusão na Pós-Modernidade: igualdade, solidariedade e cidadania. In: NAVARRO, P. (Org.). *Estudos do texto e do discurso*: mapeando conceitos e métodos. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 129-151.

VEIGA-NETO, A. *Foucault & a Educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.